



MAÇONARIA E IMPRENSA NA DÉCADA DE 1930 EM PERNAMBUCO: O CASO DOS JORNAIS O ARCHOTE E O MENSAGEIRO

MASONRY AND PRESS IN THE DECADE OF 1930 IN PERNAMBUCO: THE
CASE OF NEWSPAPERS THE ARCHOTE AND THE MESSENGER

*Augusto César Acioly Paz Silva**

RESUMO

Este artigo procura compreender o papel que a imprensa patrocinada pela maçonaria pernambucana desfrutou, no processo de construção de um espaço de divulgação do seu ideário e defesa de pressupostos que construíam entre os membros da instituição laços de solidariedade e formação intelectual. Ao mesmo tempo que procuramos observar o desenvolvimento de periódicos que devido aos processos de organização e reorganização institucional sofreram com uma maior longevidade da sua atuação enquanto, espaço de publicidade e veiculação de ideias do que seria a maçonaria no espaço público.

ABSTRACT

This article tries to understand the role that the press sponsored by Freemasonry in Pernambuco enjoyed in the process of constructing a space to divulge their ideas and defended the presuppositions that built among the members of the institution ties of solidarity and intellectual formation. At the same time, we sought to observe the development of periodicals that, due to the processes of organization and institutional reorganization, suffered with a greater longevity of their performance as a space of publicity and propagation of ideas of what would be Freemasonry in the public space.

* Doutor em História pela Universidade Federal de Pernambuco. Professor do departamento de História da Autarquia de Ensino Superior de Arcoverde (AESA/CESA). Lattes: <http://lattes.cnpq.br/1301343486295854>. E-mail: cesar_historia@hotmail.com.



1 O PAPEL DA IMPRENSA MAÇÔNICA PERNAMBUCANA NA DÉCADA DE 1930

Analisando o espaço da revista enquanto elemento fundamental na composição de um campo intelectual para determinado segmento social, François Sirinelli (*apud* RÉMOND, 2003, p. 231-262), observa com tal ambiente se constitui num importante lócus na formulação de sociabilidades, e na fermentação de ideias, que seriam importantes para nortear o horizonte e as ações de determinados grupos, tanto do ponto de vista social quanto intelectual. A partir de tal observação procuraremos, neste texto, transpor a avaliação do historiador francês, para refletimos sobre a realidade dos maçons pernambucanos ao longo da década de 1930, que tiveram nos seus espaços de publicação, ambientes de fomento e materialização das suas ações, mas também dos seus pontos de vista e visões da realidade. Partimos da compreensão de que eles seriam, ao mesmo tempo, atores políticos e intelectuais, uma vez que a difusão das suas perspectivas de mundo encontrava na imprensa, por eles patrocinada, espaço central da irradiação dos seus valores e vozes (LUCCA *In*: PINSKY, 2005, p. 111-153).

Tomaremos como exemplo para pensar as visões e posições tomadas pela maçonaria pernambucana, dois periódicos, que expressavam as visões de parte destes segmentos durante a década de 1930. O primeiro deles – o Archote – publicação levada a cabo pela Loja Cavaleiro da Luz, que se encontrava localizada na cidade do Recife, tinha sido fundado no ano anterior, a partir da polêmica instaurada na capital pernambucana, devido à questão do caráter facultativo do ensino religioso nas escolas públicas, aprovado pelo governo provisório de Pernambuco, após a Revolução de 1930.

Tal questão, provocou uma ruptura no interior da maçonaria pernambucana, pois o grupo maçônico que atuava junto a este periódico, realizou críticas contundentes às posições de inatividade tomadas pelo Grande Oriente de Pernambuco, acerca dessa questão. Mesmo contando com um único número completo, localizado na hemeroteca do Arquivo Público do Estado de Pernambuco, além de uma página do mesmo periódico, datada de 20 de agosto de 1934, que encontramos em meio ao material recolhido pela Delegacia de Ordem Política e Social possivelmente no ano de 1937.



É possível de alguma maneira fornecer as posições, vozes e visões desta sociedade durante a década de 1930 (NASCIMENTO, 1967, p. 39).

Outra fonte da imprensa maçônica pernambucana que analisamos foi o jornal Mensageiro, órgão patrocinado pela Loja Maçônica Mensageiros do Bem, localizada na cidade de Garanhuns, que circulava quinzenalmente, entre os meses de maio a outubro de 1937. Esta folha maçônica também trazia, de maneira intensa, os debates que norteavam as reflexões da maçonaria no Estado. Mesmo sendo produzido numa cidade do interior podemos rastrear, a partir desta publicação, as principais preocupações deste segmento sócio-político, principalmente, ao longo de alguns meses do ano de 1937, decisivo do ponto de vista político, tanto pelo fato de que era um ano pré-eleitoral, quanto pelo motivo de que cerca de um mês antes da última edição desta folha maçônica, o governo Vargas proibiu as atividades da maçonaria em todo o território nacional, com o argumento de que a instituição desempenhava, na verdade, o papel de agremiação política vinculada ao bolchevismo e ao judaísmo internacional .

Diante deste cenário, é possível compreender os embates que a maçonaria travou, ao longo da década de 1930, e o importante lugar que a sua imprensa desempenhou no sentido de construir as vozes necessárias para que pudéssemos rastrear os temas sobre os quais eles cerravam defesa. Neste sentido, procuraremos ao longo das páginas seguintes analisar como através dos artigos veiculados nos dois jornais, disseminavam o ideário por eles defendidos, ao mesmo tempo que produziam imagens dos seus opositores e procuravam construir uma representação a respeito das suas práticas sócio-político culturais.

2 O ARCHOTE E A DEFESA DOS PRESSUPOSTOS LIBERAIS E DE TOLERANCIA RELIGIOSA NA CIDADE DO RECIFE

Dentre o representante deste campo de produção discursiva, podemos apontar o Archote, um órgão jornalístico que se autoproclamava representante dos interesses da loja maçônica, localizada na cidade do Recife, Cavaleiro da Luz. A sua história, enquanto órgão de imprensa, foi caracterizada por ser uma publicação irregular surgida, como já frisamos, a partir das discussões ensejadas pelos conflitos que se



estabeleceram entre as críticas promovidas por um conjunto de lojas dentre elas, a Cavaleiro da Luz, tendo como alvo o Grande Oriente do estado e a sua pouca atuação com relação à defesa do caráter laico do estado. Aliado a este aspecto, outra finalidade seria a de tornar-se uma voz crítica aos supostos desmandos promovidos pela influência da Igreja Católica junto aos poderes laicos do Estado.

A própria denominação escolhida pelos irmãos maçons da Loja Cavaleiro da Luz remetia àquele que seria o objetivo do jornal: o de constituir-se numa tocha luminosa e iluminadora, no sentido de espantar e combater as trevas propiciadas pelo obscurantismo religioso promovido pela intelectualidade católica de Pernambuco, através dos seus espaços de proposição de ideias, fossem eles os altares ou a imprensa.

Ao nos determos numa análise sobre o material que encontramos na edição de maio de 1932, aliado ao extrato do Archote de 20 de agosto de 1934, encontrado em meio ao dossiê da Loja Fraternidade e Progresso, da cidade de Goiana, é possível observar que esta publicação tinha como tônica e alvos principais de suas análises, as práticas desenvolvidas pelos segmentos do catolicismo em Pernambuco.

Nas folhas deste órgão de imprensa, os artigos veiculados tinham como proposta e personagens centrais a atuação dos religiosos católicos, trazendo notícias internacionais, de outros estados e locais, que analisavam as posturas dos integrantes da igreja. Em sua grande maioria as imagens disseminadas pelo Archote, construíam e representavam os religiosos como sujeitos, com finalidades muito bem definidas: ludibriar a boa-fé das pessoas e conseguir tirar vantagem quando fosse possível. Esta estratégia de representação utilizada pela folha maçônica, colaborava de maneira intensa na formulação de estereótipos com relação às ações e princípios dos praticantes do catolicismo, tanto da sua hierarquia quanto do laicato, que colaboravam na formulação de uma visão negativa, criando a imagem do religioso aproveitador e obscurantista.

Encontramos um desses exemplos de construção e reforço de estereótipos, no artigo localizado na página 3, do Archote, que tinha por título *A Confissão*, assinado sob a forma de um pseudônimo – prática comum naquele periódico – principalmente nos



artigos que realizavam críticas contundentes às práticas religiosas do catolicismo. A escolha por manter a autoria dos artigos desconhecida, justifica-se no fato de os artigos construírem comentários contundentes, que, em alguma medida, afrontavam personagens e igreja que possuíam poder e prestígio na sociedade pernambucana (A. T., 1932, p. 3). Caso a autoria fosse conhecida, poderia provocar uma desaprovação social; assim, a utilização de pseudônimos tornava-se uma estratégia de preservação.

O tema principal do artigo, A Confissão, visava a realizar um questionamento a respeito de um dos sacramentos importantes da religião católica, pois ele simbolizava a remissão aos pecados praticados pelo fiel, e a sua possível absolvição. Porém, tal visão foi alvo de críticas por parte do Archote, como na citação abaixo é possível entrever:

Analysae as religiões, uma por uma, compare-as e verificareis que, de todas as religiões das civilizadas, a que da mais ampla liberdade para o mal é a religião romana. E é fácil de apreender isso immediatamente, seu largo raciocínio e sem buscarmos as bases da maldade, em que ella se fundou. Sabeis que pela “confissão” a criatura deposita no confessionário todo o enredo de suas misérias Moraes, Espirituaes e phisicas, e ahi obtem as penitencias e as indulgências, digamos, o perdão de todo o seu mal proceder. O sacco que havia levado para o templo, cheio de suas ignominias ou de sua simples contravenção a moral christã, esvasiou-se vindo para fora, assim vasto, a encher-se novamente. Indulgências são comparadas directa ou indirectamente. O direito de peccar é livre só há para os peccadores o dever de contar aos padres as suas faltas publicas ou privadas. Santa ingenuidade! Até quando reinaes entre as mulheres de minha terra? Século XX! Até quando guardaes esse atrazo inconcebível? E ainda há criaturas humanas, intelligentes por supposto, que se confessam e a quem: admitamos que não façam a padres devassos, mas sim a virtuosos prelados e de uma moral irreprehensivel (A. T., 1932, p. 3).

Como podemos observar, ao descortinar os elementos centrais que caracterizariam a prática da confissão, o articulista do Archote procurava apontar o caráter, por ele considerado nocivo, propiciado por tal prática principalmente para o católico, alvo principal do sacramento. As justificativas apresentadas pelo autor, residiam no fato de que a confissão possibilitava ao indivíduo a exposição dos seus erros e a absolvição mediante o seu arrependimento e perdão por parte do confessor. O aspecto complicado, na visão de A. T., seria o de que tal prática abria espaço para que os



erros acontecessem novamente, trocando os seus pecados por indulgências, o que pode ser lido como benefícios para os religiosos ou para a Igreja Católica. O articulista lançava, assim, um ar de desconfiança com relação a tal procedimento do catolicismo, simplesmente pelo fato de que pouco valeria confessar os seus erros e receber a absolvição de uma pessoa que, como ele, podia também encontrar-se exposto ao pecado. Ao apresentar esta análise, o artigo do Archote, dessacralizava a figura do religioso, reduzindo-o a uma figura comum, que não poderia julgar ninguém, uma vez que não teria “poder” qualquer que o colocasse numa posição de superioridade com relação aos fiéis.

Nos parágrafos seguintes do artigo, A. T. desnuda os malefícios a que, historicamente, a confissão se prestou no interior do catolicismo; em sua visão, o confessionário foi sempre o lugar de todos os tipos de crueldades e profanações. Tais espaços fizeram com que os representantes da hierarquia do catolicismo – que administravam este sacramento – pudessem tirar as mais diversas vantagens. É extensa a lista mencionada pelo autor do artigo, destacando a maneira como a Igreja usufruiu do confessionário, interpretado como um lugar no qual os líderes religiosos do catolicismo auferiam vantagens que os colocavam em posição de influência, pois, a partir do confessionário, eles sabiam segredos de estado que os colocavam em posição de intervir no campo político, principalmente a seu favor, além de ser o confessionário o espaço ideal para que os religiosos católicos praticassem assédio contra as mulheres, o que, segundo o autor, era uma prática comum (A.T., 1932, p. 3).

Na página seguinte, encontramos outro artigo que tinha como temática, a atuação do catolicismo junto à sociedade, enquanto forma de exercer influência sobre determinados grupos. O texto, sem autor, intitula-se *Comentários oportunos*; nele, o(s) autor(es) procura(m) expor as estratégias que o catolicismo usava, para ganhar espaço(s) na sociedade. A atuação descrita no texto, era através do trabalho realizado pela Igreja através dos missionários em diversas regiões do mundo, tendo em algumas delas, o operariado como principal foco de ação.

Esta atuação é compreendida pelo(os) autor(es) do artigo como a prática de um clericalismo que, a cada dia, ganhava mais corpo, não somente em cidades ou regiões distantes, mas, também, no próprio estado e na cidade do Recife. Podemos observar



na avaliação do(s) articulista(s) uma postura preocupada com a expansão de tal ideário, pelo fato dele ser compreendido como uma imposição, por parte dos representantes do catolicismo que, segundo observa(m) o(s) autor(es), tal “irradiação maléfica do clericalismo já atingiu os meios operários e não há quem lhe escape [...] Assim é que ai daquele que, operário, não fizer a sua profissão de fé catholica!” (1932, p. 4).

Realizando uma análise a partir das ideias que o artigo procura apresentar, podemos observar que novamente os temas da influência e da ação política são destacados nas estratégias de que se serve o clericalismo, na condição de Cultura Política, difundida pela Igreja, pois as posições dos religiosos passam pela utilização de mecanismos de ação e mobilização de determinados grupos e, no caso específico deste texto, é relatado o trabalho junto ao operariado, segmento então disputado pelos diversos campos políticos da década de 1930, como os socialistas/comunistas, fascistas/integralistas e socialistas cristãos, somente para citar alguns exemplos.

Ao destacar este cenário diverso de posições e a dinâmica por ele suscitada, não podemos deixar de verificar a maneira como a publicação maçônica evidencia a suposta atuação do catolicismo no que tange às questões relacionadas à sua assistência social e política junto ao operariado: a de enfatizar o seu caráter pernicioso, muito mais no sentido de manipular, do que de proporcionar uma educação política que proporcionasse aos segmentos políticos e sociais, sob a sua influência, uma educação e libertação de ações.

O tom de anticlericalismo não sofreu mudanças substanciais na linha editorial do Archote, pelo que pudemos observar caso comparemos com o que foi publicado dois anos após a publicação da sua edição de agosto do ano de 1934. Neste número, a denúncia dos procedimentos pedagógicos executados por uma educadora de orientação católica, numa escola pública no município de Recife, foi alvo das considerações do artigo “Castigos inquisitoriais”. A escolha do título não foi feita ao acaso, ao relacionar as práticas educacionais vinculadas àqueles que desenvolviam uma pedagogia afeita à visão de ensino da igreja, o autor pretendia endossar que, do ponto de vista da transformação no campo das ideias educacionais, os segmentos ligados ao catolicismo continuavam a desenvolver e vivenciar uma pedagogia que



relacionava-se a práticas em que a violência e a tradição eram vistas como centrais. E, no sentido de caracterizá-las temporalmente, o autor utilizava a vinculação ao período medieval e à Inquisição como forma de ensino que deixava pouco espaço ao debate de ideias, às propostas metodológicas mais inovadoras e correlacionadas a uma pedagogia mais moderna.

Sob o pseudônimo de Vigilante, o autor do artigo associa as práticas de uma jovem professora da escola municipal, que lançava mão, enquanto metodologia de ensino, da humilhação e do castigo físico excessivo como recursos educacionais, proposta através da qual o Vigilante procura comparar as práticas então utilizadas com as executadas pela Inquisição (VIGILANTE, 1934, p. 4).

Ao destacar e promover tal associação, o Vigilante não o fazia de maneira aleatória; utilizando a ironia, no seu discurso, como recurso linguístico, associava o fato de a jovem professora pertencer à Associação das Filhas de Maria, o que, de alguma forma, poderia justificar tais recursos didáticos. Ao chamar a atenção para este fato, o Vigilante, por mais irônico que pareça, não deixa de veicular um viés anticlerical ao seu discurso, com o objetivo de estabelecer que tais práticas não se distanciavam do que a Igreja Católica pregara ao longo dos séculos. Sobre isso, o autor finalizou com o objetivo de reforçar o viés que demonstrava que as práticas religiosas do catolicismo encontravam-se dentro de uma perspectiva na qual *“a doutrina da Igreja Romana em todos os tempos é o cre e morre, [...] portanto os castigos corporaes sejam o único meio que ela emprega e recomenda aos seus adeptos”* (VIGILANTE, 1934, p. 4).

A ironia e a crítica aos religiosos e à Igreja, não cessavam com as denúncias realizadas pelo Vigilante, expostas no parágrafo acima. Reproduzindo uma quadrinha popular, o Artilheiro, outro autor sob pseudônimo, representava os religiosos católicos dentro da seguinte ótica: *“Menino só fala em bôlo, Só em pão fala o padeiro; Padre só fala em dinheiro* (ARTILHEIRO, 1934, p. 4). Ao dar publicidade a estes versos, a folha maçônica reafirmava a visão que nutria a respeito dos representantes do catolicismo, pintados como indivíduos havidos por vantagens financeiras, representação que não deixava de formular uma imagem negativa com relação a este segmento social.



O viés anticlerical assumido pelo Archote constituía-se numa dimensão política, pois levantava-se contra o clericalismo numa defesa cerrada dos valores liberais que, na visão do jornal, deveriam nortear a sociedade, principalmente os princípios desconsiderados pelo clero católico e nos quais eles investiam como se constituíssem num movimento que relembra as Cruzadas. Os temas sobre os quais os padres, os intelectuais e a hierarquia da Igreja voltavam a sua reflexão e ação, compõem-se de um arco de temas que se encontravam, por exemplo, no interior de questões como o ensino laico nas escolas públicas e o combate a qualquer tipo de privilégio concedido pelo poder público a segmentos religiosos – de maneira mais destacada, ao catolicismo – que eles identificavam como possuidor de forte poder de influência se comparado a outros credos religiosos.

Mesmo que nos discursos construídos pelos intelectuais maçons transparecesse o ideal da defesa de princípios como tolerância e laicidade, não podemos deixar de observar que os seus argumentos também eram carregados de preconceitos contra o catolicismo, utilizando-se, muitas vezes, das mesmas estratégias discursivas de que eles eram alvo contra os representantes da Igreja Católica. A tal embate seria acrescentado, por parte dos maçons pernambucanos, o confronto com o ideário fascista, que tinha o movimento integralista como representação máxima nas terras brasileiras e pernambucanas, e que foi questionado nas páginas do jornal maçônico o Mensageiro.

3 O MENSAGERIO E A LUTA ANTIFASCISTA

Atuando de forma um pouco diferente do Archote, O Mensageiro – órgão patrocinado pela Loja Maçônica Mensageiros do Bem, da cidade de Garanhuns – não centrou sua munição nos representantes da hierarquia ou da militância católica; outro foi o seu alvo principal: os integralistas. O conteúdo divulgado por este órgão fornecia notícias vinculadas ao campo da política e da realidade cotidiana da cidade de Garanhuns e região. Outro conteúdo que é possível identificar, à medida que lemos este periódico, é o da propaganda institucional, que não se eximia (nos artigos localizados na publicação) de realizar um combate crítico aos pressupostos do integralismo.



No seu número de abertura, O Mensageiro, destaca e defende os princípios que norteariam, do ponto de vista político, o ideário defendido pela Maçonaria, utilizando como pano de fundo o cenário difícil que se descortinava para a instituição, principalmente, na Europa, no qual ela era alvo de uma intensa perseguição em várias nações, como Rússia, Alemanha, Itália e Portugal. O autor do artigo não deixava de, ao fornecer publicidade a este tipo de notícia, demonstrar, mesmo que subliminarmente, um temor de que algo parecido ocorresse no Brasil. Tal realidade, como observava o Vigilante – alcunha utilizada pelo autor do texto – era fruto, antes de tudo, do desenvolvimento de regimes ditatoriais que haviam chegado ao poder naquelas nações. Ao analisar tal aspecto, o articulista não concebia nenhuma diferença entre estes sistemas de governo, fossem eles de direita ou de extrema-direita (como os analistas, na maioria das vezes os enquadravam). Na visão do Vigilante, todos eram iguais porque promoviam limitação às liberdades individuais. Ao construir uma defesa para este princípio político, o autor do artigo procurou deixar expresso qual era o lugar ocupado pela Maçonaria no interior das relações de forças:

Estamos daqui a ouvir a gargalhada dos inimigos da maçonaria, rodando satisfeitos, do “alto” dos seus tamancos... É que a maçonaria é um fator de desordem, dirão eles. Será mesmo por isso, leitor benévolo? Não a verdade infelizmente para eles e felizmente para nós, é bem outra [...] A Maçonaria proclama a “absoluta liberdade de crença”, de pensamento, de acção, quando essa acção não venha ferir os interesses coletivos. A Maçonaria combate toda e qualquer manifestação de violência, de opressão, de garroteamento das liberdades sociais. A maçonaria combate os tiranos, aniquila os soberbos abomina os que tem prazer no crime e na guerra (VIGILANTE, 1937, p. 1).

Ao reproduzir este sentimento o periódico maçônico evidencia qual é o seu lugar no interior do diversificado ethos político da década de 1930, na qual se dava a defesa obstinada dos princípios liberais, ideário que, desde as décadas iniciais do século, também foi alvo de preocupação e fez parte da sua Cultura Política, a partir do que pudemos rastrear nas suas publicações (SILVA, 2013).

A defesa desses princípios, que podemos identificar como relacionados à liberal democracia, colocava a Maçonaria num campo oposto ao integralismo, doutrina política que construía, no seu campo discursivo, uma crítica contundente a tudo o que representavam a liberal democracia e os seus defensores. Nesta dimensão,



justificava-se a perseguição à Maçonaria, pois ela era uma das instituições que, no ideário liberal, tinham sua base de formação, além, claro, das suas características de sociedade iniciática, o que no interior de regimes onde a vigilância constante suprimia as liberdades, fazia com que a Maçonaria aparecesse como uma instituição perigosa (BENIMELLI, 2013; SILVA, 2016).

Reproduzindo um pouco dessa lógica de construção negativa – que tinha espaço na imprensa e entre os segmentos contrários à Maçonaria – no mesmo número de abertura do quinzenário O Mensageiro, encontramos, na última página da publicação, uma resposta às incursões feitas pelo jornal integralista, A Razão, da cidade de Garanhuns. No artigo de A Razão, assinado por Manuel Virgínio sob o pseudônimo de Lídia Cansação (NASCIMENTO, 1986-1994, p. 174), as denúncias feitas contra a Maçonaria eram de serem os seus membros ateus e contrários à religião. Como resposta a tais acusações o articulista desfez um conjunto de posições contrárias, mostrando que defender tal posição era desconsiderar os muitos católicos, protestantes e deístas que participavam daquela sociedade (VIGILANTE, 1937, p. 4).

Observando que a estratégia principal da jornalista integralista era denegrir a imagem da Maçonaria enquanto instituição, o Vigilante não deixou de desferir suas alfinetadas a respeito dos reais motivos para os camisas-verdes voltarem seu arsenal contra os maçons:

A soma de serviços prestados pela maçonaria ao mundo – e particularmente ao Brasil – é tão grande, tão valiosa, que todas as forças verdes, pretas, azues, vermelhas ou cinzentas do mundo, reunidas, não conseguiriam apagar da memória dos povos, dos anaes das nações, os benefícios de uma associação que tem como fim principal “cavar ruínas ao vício e erguer templos à virtude” (VIGILANTE, 1937, p. 4).

Ao apontar esses aspectos, os filhos da viúva pretendiam construir sobre suas ações uma visão que ressaltasse a importância institucional desta entidade frente às críticas, muitas vezes maliciosas, da qual eram alvo. Ao ponderarem sobre tais aspectos os maçons pernambucanos não perdiam de vista os principais responsáveis por esta ação, e sob eles destacavam a mais negativa visão, apontando as suas relações com o ideário totalitário e vendo os integralistas como *arremedo ridículo dos partidos totalitários da carcomida Europa, partidos que representam os últimos arrancos do*



absolutismo, prestes a ser devorado pelos seus próprios adeptos (VIGILANTE, 1937, p. 4). Diante desses argumentos, podemos considerar o lugar ocupado pela Maçonaria dentro do cenário político e ideológico: o da defesa das forças e princípios liberais frente à ação conservadora, antiliberal e antidemocrática, proposta pelos camisas-verdes.

O embate entre as forças do sigma e os pedreiros livres seria uma constante nas folhas do quinzenário maçônico de Garanhuns. Em quase todos os números encontramos artigos produzidos pelos intelectuais maçons ligados a este órgão de imprensa, tendo como fio condutor os verdadeiros objetivos dos partidários do integralismo e a sua finalidade política. Foram exploradas, por aquele periódico, notícias que estabeleciam as relações entre o integralismo e as suas simpatias ao nazismo (VIGILANTE, 1937, p. 4).

Pretendendo ainda dar destaque às ações do integralismo no Brasil, constituindo uma maneira de questionar a validade de tal proposta política, e com o objetivo expresso de combater a propaganda do sigma na cidade de Garanhuns e na região, o número de O Mensageiro, de 25 de julho de 1937, trouxe, em sua primeira página, com o título de “Documentário dos Jornais”, um apanhado de notícias colhidas junto à imprensa nacional, com relato de vários atos de violência encetados pelos partidários do sigma contra adeptos dessa doutrina política que pretendiam se desligar da agremiação. Um dos casos citados foi o do jornalista Paulo Zing, e outros exemplos transcritos pelo quinzenário maçom fornecem informações que procuram relatar as posições defendidas por lideranças do integralismo, como o seu representante, Plínio Salgado, que teria defendido o uso da violência contra os partidários da Democracia Liberal (1937, p. 1).

A utilização de uma coletânea de notícias que destacavam as ações violentas dos adeptos do integralismo constituía-se numa maneira de combater tais forças utilizando-se do mesmo expediente de que os maçons sempre foram alvo: o de fornecer um conjunto de notícias que se destacavam por enfatizar atitudes suspeitas e negativas. Ao dar publicidade a tal conteúdo, os maçons pretendiam estabelecer a visão de que a mensagem do sigma era extremamente perigosa, uma vez que embasa seu campo de ação no extremismo e no uso da violência.



Não eram somente as contendas que preenchiam as folhas de O Mensageiro; como já sinalizamos, estes periódicos tinham também a preocupação de veicular uma imagem das ações institucionais desse segmento. Orientados por esta perspectiva, encontramos a preocupação da folha maçônica em dar publicidade à sua atuação na cidade de Garanhuns e na região. Através de projetos que extrapolavam o campo do discurso e da denúncia e assumiam uma proposta concreta de ação a este respeito, tínhamos como exemplo de uma atuação em prol da sociedade da cidade a manutenção de uma Biblioteca, denominada Manoel Arão, maçom e intelectual que tinha sido muito atuante e influente, tanto na imprensa diária, quanto na maçônica de Pernambuco e do Brasil, e na Escola 7 de Setembro, instituto educacional que procurava, em alguma medida, combater o ideário e a pedagogia ligados aos setores clericais do catolicismo.

No caso do patrocínio à biblioteca, encontramos na primeira página de O Mensageiro, do dia 27 de julho de 1937, na parte do cabeçalho daquele periódico, uma mensagem que conclamava os intelectuais da cidade a se esforçarem na contribuição de obras para enriquecer o acervo do gabinete de leitura, frisando, ainda, que se tratava do único espaço de leitura com essa finalidade da cidade (1937, p. 1). Ao frisar tal aspecto, os maçons pretendiam extrapolar os muros dos seus templos, e promover uma campanha em que houvesse o envolvimento de todos os segmentos da cidade e não somente dos maçons. Embutido neste plano podemos encontrar, por parte dos filiados da Loja Maçônica Mensageiros do Bem, o objetivo de desenvolver aproximação e abertura das ações maçônicas junto à comunidade ao mesmo tempo em que se pretendia desmistificar, cada vez mais, a Maçonaria, enquanto, instituição.

A manutenção tanto da biblioteca quanto da Escola 7 de Setembro eram compreendidas, pelos maçons, como obras concretas no sentido de afastarem a ignorância e o obscurantismo da população, sendo, então, a base que tornaria possível o progresso e o desenvolvimento de uma nação. A preocupação com a alfabetização, principalmente dos setores menos favorecidos, despontava como uma das preocupações maçônicas, procurando modificá-la através da escola por eles patrocinada. Este espaço funcionava, na visão dos obreiros do Mensageiro do Bem, como possuindo uma missão fundamental que seria a *“dedicada ao ensino da criança*



desprotegidas da sorte” (1937, p. 6). Ao apontarem seu público-alvo como sendo, prioritariamente, os menos favorecidos, os maçons da cidade de Garanhuns colocavam em prática uma ação que animava toda a maçonaria pernambucana e brasileira, que se desdobrava, também, numa ação política: a da defesa do acesso à educação aos setores menos favorecidos da sociedade, uma antiga bandeira maçônica que, a partir das décadas iniciais do século XX, foi tomando corpo e se concretizando (BARATA, 1999).

A edição do quinzenário maçônico, publicada no dia 07 de setembro de 1937, destacou-se, em relação aos outros números, devido ao número de páginas, que ultrapassava as vinte. Podemos observar uma dupla finalidade em relação à tiragem de O Mensageiro que era publicado no dia da Independência do Brasil. A primeira delas foi a de se constituir numa edição comemorativa, em referência à data magna da pátria; com este objetivo, encontramos vários artigos que discutiam a importância do sete de setembro para a sociedade brasileira, inclusive, reproduzindo uma programação de festividades que seriam organizadas pela loja Maçônica Mensageiros do Bem, em Garanhuns. Ao lado do caráter festivo, podemos considerar que o conjunto de artigos e ações, elencadas pelo periódico, serviram, também, à formulação de imagem e memória positivas com relação a esta instituição e a sua importância no desencadeamento daquele processo histórico.

Um exemplo desta afirmação que apontamos, pode ser observada na imagem que abria a primeira página de O Mensageiro do dia 07 de setembro de 1937, como podemos ver abaixo:



Fonte: O Mensageiro. Garanhuns/PE, 07 de setembro de 1937, p. 1.

Como analisa Eduardo França Paiva, a iconografia, enquanto fonte histórica, presta-se às mais variadas possibilidades de análise, tornando-se, assim, rico material para a reflexão de um determinado contexto e das mensagens que o material iconográfico pretende encerrar. Sob tal aspecto, um conselho importante, fornecido pelo autor, é o de tratar este material com os mesmos questionamentos com os quais abordamos as demais fontes históricas, lançando perguntas como: Quando? Onde? Quem? Para quê? Por que?... Tais indagações ajudam a interpelar e procuram construir possíveis explicações sobre as nossas fontes históricas. Outro conselho importante seria o de que não podemos tomar as imagens como retrato da realidade verdadeira, mas perscrutar os seus significados no processo de composição, encarando o material iconográfico, questionando as motivações e objetivos que podemos decifrar a partir do que foi estabelecido nas fontes iconográficas (PAIVA, 2006).

A partir das considerações levantadas acima e tendo imagem em tela, é possível observar a carga de sentimentos que os maçons da oficina maçônica Mensageiros do Bem, pretendiam despertar com a publicação dessa imagem na capa principal do seu periódico. A existência, no primeiro plano da imagem, de uma representação da liberdade tocando uma corneta que trazia os signos da maçonaria, torna-se muito sugestiva a respeito da importância que a instituição pretendia constituir da sua participação no interior do processo de Independência nacional. O toque da liberdade maçônica animava e, de certa forma conduzia, o futuro imperador Dom Pedro, que aparece no primeiro plano da imagem empunhando uma espada e liderando os seus soldados, numa clara menção ao desfecho do processo que resultaria na emancipação nacional.

No segundo plano é possível identificar outro importante signo presente no cenário: a imagem do sol despontando no horizonte, tendo como possibilidade de leitura o apontar um novo momento que surgia para o Brasil, bem como a possível iluminação para os embates futuros – realidade que não deixava de relacionar-se ao lugar no qual a própria instituição se colocava no desenrolar do processo. Ainda naquele cenário encontramos a Maçonaria surgindo como importante ícone no processo de libertação da nação, sendo ainda possível encontrar, no interior da visão maçônica, uma dimensão tradicional no campo da compreensão da História: elementos que inferem na construção da perspectiva de que o processo histórico havia se desenrolado sob a liderança de Dom Pedro I que, à frente, a todos guiava com a espada em punho, conduzindo seus subordinados pelo caminho iluminado da liberdade. Mesmo tendo a imagem da liberdade maçônica como uma referência maior, o que se pretendia destacar era a importância assumida pela instituição, pois a compreensão histórica da Maçonaria sobre este evento tem a figura do herói como importante elemento de leitura, inclusive ao ver a própria instituição dentro dessa chave interpretativa.

Essa imagem, como já apontamos, é extremamente significativa no tocante à perspectiva que a Maçonaria pretendia adotar quanto à representação da memória e da consciência histórica dela mesma frente à sociedade. Nesse sentido, como representação de qual teria sido o seu papel nos desdobramentos que teriam inaugurado o sete de setembro, a própria publicação se prestava como uma espécie



de documento-monumento no sentido de ativar e construir determinadas memória e consciência histórica que fornecessem à Maçonaria, no interior do processo histórico, a forma como ela pretendia ser apresentada e até mesmo compreendida (LEGOFF, 2003; RUSSEN, 2009, p.163-209).

Após a publicação deste número de O Mensageiro, o jornal contou com apenas mais duas tiragens: uma lançada no dia 19 de setembro, na qual encontramos vários artigos que noticiavam como haviam se dado, na cidade, as comemorações ensejadas pelo sete de setembro que tiveram a Loja Maçônica Mensageiros do Bem como uma das principais organizadoras; e outra que saiu no dia 10 de outubro de 1937, dias antes da ordenação de fechamento das lojas maçônicas pelo governo Vargas. Durante esses oito meses de publicação ao longo de 1937, O Mensageiro tornou-se uma das únicas vozes públicas da maçonaria pernambucana, pois através deste periódico podemos compreender que, do ponto de vista político, os maçons permaneciam aliados ao ideário liberal, e tentavam, constantemente, divorciar-se da visão de que compunham um braço avançado da propaganda comunista e do judaísmo, aspecto que foi sendo imposto à Maçonaria e que soou como uma das justificativas para o fechamento das suas atividades no mês de outubro de 1937.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A interdição às atividades da Maçonaria ocorreu num período extremamente empolgante e complexo do ponto de vista político, pelo fato de que era um ano pré-eleitoral. Ao analisarmos os artigos que foram publicados no órgão de imprensa e propaganda maçônicas, durante aquele ano, encontramos, nas suas páginas, vários espaços entre artigos e mensagens de efeito nos cabeçalhos, além de algumas notas que demonstram por parte daquele agrupamento maçônico uma clara simpatia para com a candidatura de José Américo, que era compreendida como uma força política que significava proposta alternativa ao fascismo integralista. Mesmo constituindo-se, pelo que pudemos investigar, uma posição nutrida pelos maçons de Garanhuns, não podemos deixar de observar a possibilidade de que esta fosse uma posição que tinha adeptos em outros espaços de atuação maçônica; a diferença era que os redatores do periódico a deixavam em uma posição de maior publicidade.



Além das simpatias no campo de vista político encontramos, ainda nas suas páginas, uma forte tentativa de desfazer muitos dos preconceitos de que os maçons eram alvo, estabelecendo encontros com os setores por eles considerados como os principais promotores de tais visões, que seriam os intelectuais conservadores e antiliberais, dentre os quais figuravam os integralistas, que sempre se constituíram em alvo das suas críticas. É inegável o papel desempenhado por estes setores, unidos aos intelectuais católicos, muitos deles simpatizantes do credo verde, na construção de uma visão negativa sobre a Maçonaria, principalmente, numa fase em que acontecia um crescimento substancial e, de certa forma, assustador, de uma Cultura Política de descrença tanto do liberalismo quanto da democracia política.

Tendo como conjuntura a realidade intolerante dos anos 1930 e a aproximação dos setores intelectuais conservadores a espaços de decisão de poder, podemos compreender a campanha velada que foi imposta à Maçonaria, tendo os órgãos de imprensa ligados aos intelectuais conservadores como privilegiados espaços de promoção. Neles, os maçons e a sua instituição passavam a ser cada vez mais representados com as cores do vermelho comunista e associados ao judaísmo, sendo a Maçonaria considerada uma das patrocinadoras de um diabólico plano político que tinha objetivos muito precisos: a desorganização da sociedade ocidental, através do ataque aos valores religiosos, compreendidos pelos setores contrários à Maçonaria, como uma das bases fundamentais desta sociedade.

A partir deste arsenal ideológico e discursivo, cuja materialidade era evidenciada na composição de um forte discurso antimaçom que, ao longo de toda a década de 1930, foi veiculado pelos espaços de produção discursiva, vinculados aos segmentos relacionados à intelectualidade católica, podemos, então, compreender como se constituíram as justificativas que levaram à proscrição das atividades maçônicas em Pernambuco e noutras regiões do país a partir de outubro de 1937.

Outro elemento importante que pudemos observar e que, ao longo do artigo procuramos apresentar, fundamenta-se na perspectiva de que não encontramos uma continuidade jornalística por parte dos órgãos de imprensa ligados ao mundo maçônico pernambucano, o que demonstra uma descontinuidade em tal atividade, embora ela tenha ocorrido, em grande medida, pelo que foi possível constatar, ainda



antes da proscricção das oficinas maçônicas em outubro de 1937 e dos processos de reorganização da maçonaria pernambucana, o que dificultou uma cultura jornalística mais ativa, caso comparemos com as décadas iniciais do século XX (SILVA, 2013; SILVA, 2016; SILVA, 2002).

Essa descontinuidade, no entanto, não impossibilitou que as vozes maçônicas fossem ouvidas; a maior parte delas continuou a propagar aspectos da sua Cultura Política, que estavam sacralizados no imaginário sociopolítico e cultural brasileiro: o de serem defensores dos ideais liberais, com uma forte atuação em defesa da tolerância religiosa de viés anticlerical católico, e confiando de maneira obstinada no papel que o conhecimento, através da educação, discussão e leitura poderiam exercer na formação de uma sociedade mais ilustrada, principalmente, junto aos segmentos mais subalternos, posição que pode ter sido confundida e até mesmo utilizada politicamente, como estando aliados a interesses bolcheviques, a sua compreensão, quando lidavam com os segmentos sociais da base da pirâmide social, numa sociedade tão desigual, acreditamos que seria mais filantrópica do que revolucionária.

REFERÊNCIAS

- A. T. A Confissão. **Archote**. Recife: maio de 1932, p. 3.
- ARTILHEIRO. Estilhaços (anedotas populares). **Archote**: Recife, agosto de 1934, p. 4.
- BARATA, Alexandre Mansur. **Luzes e sombras**: a ação da maçonaria brasileira (1870-1910). Campinas: CMU/Unicamp, 1999.
- BENIMELI, José Ferrer. **La masonería**. 2. ed. Madrid, Alianza, 2013.
- BERSTEIN, Serge. A cultura política. *In*: RIOUX, Jean-Pierre; SIRINELLI, Jean-François (Orgs.). **Para uma história cultural**. Lisboa: Estampa, 1998.
- COMENTÁRIOS oportunos. **Archote**. Recife, maio de 1932, p. 4.
- DOCUMENTÁRIO (dos jornaes). **O Mensageiro**. Garanhuns/PE, julho de 1937, p. 1.
- ESCOLA 7 de Setembro. **O Mensageiro**. Garanhuns/PE, setembro de 1937, p. 6.
- LE GOFF, Jacques. **História e Memória**. Trad. Bernardo Leitão. 5. ed. Campinas: Editora da UNICAMP, 2003.
- LUCCA, Tania Regina. História dos, nos e por meio dos periódicos. *In*: PINSKY, Carla Bassanezi (Org.). **Fontes históricas**. São Paulo: Contexto, 2005. p.111-153.



PROPAGANDA da Biblioteca Manoel Arão. **O Mensageiro**, junho de 1937, p. 1.

NASCIMENTO, Luís do. **História da Imprensa em Pernambuco (1851-1954)**. Recife: Editora Universitária da UFPE, 1986-1994.

PAIVA, Eduardo França. **História & Imagens**. 2. ed. Belo Horizonte: Autentica, 2006.p.17-35.

RÜSSEN, Jörn. Como dar sentido ao passado: questões relevantes de Meta-História. In: **História da Historiografia**. Ouro Preto: Edufop, 2009, número 2, março 2009, p. 163-209.

SILVA, Michel Goulart da. **Entre a foice e o compasso**: imprensa, socialismo, e Maçonaria na trajetória de Everardo Dias na Primeira República. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2016.

SIRINELLI, François. Os intelectuais. In: RÉMOND, René (Org). **Por uma História Política**. Trad. Dora Rocha. 2. ed. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2003. p. 231-262.

SILVA, Augusto César Acioly Paz. "A Besta Anti-clerical à Solta": Igreja Católica, intelectuais e conflitos com a Maçonaria (1900-1912). In: SANTOS NETO, Martinho Guedes dos; COSTA, Robson Xavier da (Orgs.). **Pesquisa em História**: temas e abordagens. João Pessoa: Editora Universitária UFPB, 2009. p. 113-134.

_____. Maçonaria e República em Pernambuco: algumas considerações (1889-1912). In: MACEDO, Helder Alexandre (Org.). **Capítulos de História do Norte-Nordeste**: poder, cultura e sociedade. Florianópolis; Carnaúba Dantas: Bookess Editora; Edição do Autor, 2011. p. 3-189.

SILVA, Giselda Brito. **A lógica da suspeição contra a força do sigma**: *discursos e polícia na repressão aos integralistas em Pernambuco*. Tese (Doutorado em História - Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2002.

_____. História e Linguística: algumas reflexões em torno das propostas que aproxima a História da Análise do Discurso. In: **Sæculum - Revista de História**. João Pessoa, p. 28-41, ago./dez. 2004

VIGILANTE. Castigos inquisitoriais. **Archote**. Recife, agosto de 1934, p. 4.

VIGILANTE. Para pensar. **O Mensageiro**, maio de 1937, p. 1.

VIGILANTE. Teimosia. **O Mensageiro**. Garanhuns/PE, maio de 1937, p. 4.

VIGILANTE. Gato escondido. **O Mensageiro**. Garanhuns/PE, junho de 1937, p. 4.

